



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Política social e Serviço Social.

Sub-eixo: Ênfase em Juventude.

(RE)VENDO AS ANÁLISES SOBRE JUVENTUDES, POBREZA E TRABALHO

Cristina Aparecida Pimenta dos Santos Ângelo¹

Resumo: Este artigo consiste na revisão do referencial teórico da pesquisa intitulada “*A percepção do trabalho por adolescentes e jovens de baixa renda inseridos no mercado de trabalho formal através da Associação Profissionalizante de Menor de Belo Horizonte – ASSPROM*”, apresentada no ano de 2008, como Trabalho de Conclusão de Curso – TCC. Passados quase dez anos da realização da pesquisa, busca-se fundamentações outras, baseadas em novos referenciais bibliográficos, a partir do contato com a bibliografia da Disciplina: Trabalho, Sujeito e Subjetividade, do curso de pós-graduação. Este artigo apresentará uma releitura dos temas: juventudes, pobreza e trabalho, tomando-se por base a literatura posteriormente publicada após a realização da referida pesquisa, contextualizando-os, com outros teóricos e pensadores como: Bernad Charlot, Marcelo Lima, Marx, Luckas, Leonardo Konder, Henri Lefebvre, Ricardo Antunes, Elizabete Mângia, Lígia Martins e Nádia Eidt.

Palavras-chave: Juventudes; Pobreza; Trabalho.

Introdução

A pesquisa “*A percepção do trabalho por adolescentes e jovens de baixa renda inseridos no mercado de trabalho formal através da Associação Profissionalizante de Menor de Belo Horizonte – ASSPROM*” tinha por objetivo analisar a trilogia: juventudes, pobreza e trabalho, elementos que constituíam o cenário da realidade dos adolescentes e jovens atendidos pelas pesquisadoras, quando elas atuavam como estagiárias no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)² e na ASSPROM.

Na última década, o tema da pesquisa vem ganhando visibilidade no mundo acadêmico, mais notadamente nas áreas de Ciências Humanas e Sociais. A pesquisa classifica-se como qualitativa e quantitativa, sendo que os dados foram levantados por meio da realização de entrevistas com os adolescentes e jovens, que na época trabalhavam ou que encontravam-se desligados da instituição. Os dados foram analisados e apresentados em tabelas e também em citações de depoimentos.

¹ Profissional de Serviço Social. Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: <pimentina21@yahoo.com.br>.

² Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), que é a unidade pública da política de assistência social, de base local, integrante do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), localizados em áreas com altos índices de vulnerabilidades e risco social. O CRAS tem por finalidade “prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania” (BRASIL, 2009, p. 9)

Ressalta-se que neste artigo não será apresentada a análise quantitativa dos dados levantados, bem como as citações dos entrevistados, como apresentado no Trabalho de Conclusão de Curso. O foco do artigo será a reflexão sobre o referencial bibliográfico que estruturou a pesquisa analisada.

Os elementos estruturantes da pesquisa são: juventudes, na perspectiva de que não existe uma única juventude, mas várias, já que a idade cronológica não pode ser definida tendo-se por base características físicas. A análise deve se embasar na compreensão dos sujeitos, associada ao contexto das relações que se estabelece com o mundo social e físico.

O segundo elemento abordado é a pobreza, entendida como um fenômeno dialético, com a apresentação de breve histórico da dialética até chegar ao pensamento dialético de Marx.

O terceiro e último eixo, a ser discutido, será o conceito de trabalho, na visão de Marx. Em seguida, aborda-se o trabalho na sociedade capitalista e a consequente a alienação que produz no homem e no trabalho.

A percepção do trabalho por adolescentes e jovens de baixa renda inseridos no mercado de trabalho formal através da Associação Profissionalizante de Menor de Belo Horizonte – ASSPROM

A pesquisa

O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC –, objeto de análise deste artigo, baseou-se em uma pesquisa com 10 adolescentes e jovens, que à época tinham a idade entre 16 e 28 anos. Dentre eles, três adolescentes do sexo masculino, duas adolescentes, três jovens do sexo masculino e duas jovens. Ressalta-se que na época cinco adolescentes estavam vinculados à ASSPROM e cinco jovens já haviam se desligado da instituição. Esse público provinha de famílias em situação de vulnerabilidade social e se inseriram no mercado formal de trabalho entre os anos de 2006 e 2008, por intermédio da ASSPROM.

A ASSPROM é uma instituição filantrópica, beneficente, sem fins lucrativos, criada no ano de 1975, que:

profissionaliza e orienta adolescentes e jovens de famílias em situação de vulnerabilidade social, por meio dos programas socioassistenciais – adolescente trabalhador e de aprendizagem. Seus programas têm como objetivo a inclusão social e o exercício da cidadania plena. A associação atende, permanentemente, mais de 3400 adolescentes e jovens, na capital e interior de Minas, em parceria com órgãos públicos e empresas privadas. (ASSPROM, 2017.)

A entidade, voltada para assistência de adolescentes e jovens em situação de risco social, apresenta como objetivo principal formação integral desse segmento, por meio do trabalho. A formação consiste no oferecimento de cursos profissionalizantes, atividades de lazer, incentivos a projetos culturais, acompanhamento escolar e profissional, bem como

atividades socioeducativas. A instituição conta com uma equipe multidisciplinar, composta por assistentes sociais, psicólogos, pedagogos e educadores sociais, que acompanham o jovem e o adolescente no período em que permanecem vinculados à referida instituição. Na época da pesquisa, a ASSPROM atendia a um público de cerca de 2.500 pessoas. Atualmente, atende, permanentemente, mais de 3.400 adolescentes e jovens, na capital e no interior do Estado, em parceria com órgãos públicos e empresas privadas conveniados. O público era contratado para trabalhar na função de office-boys e office-girls e tinham todos os direitos trabalhistas e previdenciários garantidos, já que havia registro na carteira de trabalho, o que os vinculava à legislação da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Na época da realização da pesquisa, as autoras acreditavam que existiam fatores e crenças do sujeito que favoreciam a construção da percepção do adolescente/jovem em relação ao trabalho. Nesse sentido, foram elaborados cinco pontos para análise, nos quais se baseou todo o estudo, principalmente na escolha do referencial bibliográfico, que fundamentou a referida pesquisa. Esses pontos se traduzem:

a) na afirmação de que o “trabalho enobrece o homem” e, sendo assim, o adolescente/jovem deve ingressar no mercado de trabalho cada vez mais cedo, para se tornar um “homem de bem”.

b) no “sonho” da autonomia financeira, para aquisição de bens, sem depender de terceiros.

c) na busca pelo respeito, perante a comunidade na qual está inserida, em razão do reconhecimento de seu trabalho.

d) na busca da superação da situação de extrema pobreza, que os deixava em situação de vulnerabilidade. Neste caso, o trabalho viria como uma forma de sustentar a família e adquirir bens materiais.

e) na apresentação de possível diferença na percepção de trabalho por parte de adolescentes que estavam no início da vida laboral e de jovens que já adquiriram experiência de trabalho.

Como exposto acima, este artigo não pretende apresentar a análise dos dados levantados na pesquisa, mas evidenciar o referencial teórico que, na época, embasou as pesquisadoras na leitura da realidade estudada. O objetivo deste artigo é o de revisar e complementar esse embasamento teórico, após quase 10 anos de conclusão da pesquisa.

Referencial teórico e bibliográfico

Na revisão de literatura, levantou-se a doutrina elaborada pelos seguintes autores: Carla Brozo, Consuelo Quiroga, Leila Paiva, Márcio Pochmann, Marcos Colares Nobuco Kameyama e Ricardo Antunes, bem como a Lei Federal nº 9.069, de 13 de julho de 1990, conhecida como Estatuto da Criança e adolescente – ECA – e a Lei Federal 10.097, de 19

de dezembro de 2000, que altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, especificamente aqueles referentes ao menor aprendiz. Todos os documentos consultados estão relacionados no item Referências deste artigo.

A pesquisa inicia-se com a reflexão sobre o contexto de precariedade do mundo do trabalho da época que, no contexto atual, apresenta-se também com crise generalizada. Tal situação ocorre, em função da sociedade capitalista, que se encontra em processo de constantes mudanças, nas relações sociais, com o crescimento das desigualdades sociais, em contraponto ao aumento da produção, que gera grandes riquezas, mas que, no entanto, ficam concentradas nas mãos de poucos. Associado a esse contexto, percebe-se também o desenvolvimento industrial e tecnológico, que influencia a (re)organização das relações sociais.

Na sequência, as pesquisadoras abordaram a temática criança e adolescente, com base na doutrina da autora Kameyama (1998); resgataram a atuação dos Assistentes Sociais, na década de 70, que tinham atuação fundamentada pelas diretrizes da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor – FUNABEM –, onde o foco era intervir na realidade do “menor marginalizado” e “carente”. Ressaltaram que, na década de 80, o Serviço Social procurou “conhecer a situação de vida e de trabalho das crianças e adolescentes, buscando compreender a problemática do ‘Menor carente’ e as causas que o conduzem a se inserirem precocemente no mercado de trabalho.” (ARAÚJO, RAQUEL, PIMENTA *apud* KAMAYAMA, 1998, p. 1.)

Destacaram que na década seguinte, com a promulgação a Lei Federal nº 9.069, de 13 de julho de 1990, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA –, ocorreu uma mudança de paradigma, no qual o significado do termo “menor” foi entendido como de caráter pejorativo e o termo adotado como politicamente correto para se referir a esse segmento passou a ser “criança e adolescente”. Conforme a referida Lei, são consideradas criança pessoas entre zero e onze anos de idade, sendo a adolescência compreendida na faixa etária dos doze aos dezoito anos.

Após um breve resgate sobre a temática crianças e adolescentes, a pesquisa abordou a ideia de “juventudes” que, de acordo com as autoras, consiste em:

um período que não pode ser visto somente em suas características específicas, relacionadas à idade e a cronologia. Outras questões vão também caracterizar esse período, entre eles as condições de existência e o contexto no qual o jovem vive. Portanto, podemos considerar que existem vários tipos de ‘juventudes’. (ARAÚJO, RAQUEL e PIMENTA, 2008, p. 3).

As autoras afirmaram também, baseadas nas ideias de Quiroga (2001), que o modo como os jovens vivem essa etapa da vida deriva do contexto histórico, social, cultural e

econômico, que resulta em diversas possibilidades de juventudes e de representações sociais.

Atendendo à proposta deste artigo, que é o de buscar outras reflexões a respeito do tema, partindo de novos referenciais teóricos, cita-se o autor Charlot (2000), que complementa a ideia anteriormente apresentada ao destacar o conceito de sujeito, como sendo diversificado, único, complexo, não estável, dinâmico, mutável. Como pode-se verificar em sua definição:

Um sujeito é:

- um ser humano, aberto a um mundo que não se reduz ao aqui e agora, portador de desejos movido por desejos, em relação com outros seres humanos, eles também sujeitos;
- um ser social, que nasce e cresce em uma família (ou em um substituto de família) que ocupa uma posição em um espaço social, que está inscrito em relações sociais.
- um ser singular, exemplar único da espécie humana, que tem história, interpreta o mundo, dá um sentido a esse mundo, à posição que ocupa nele, às suas relações com os outros, à sua própria história, à sua singularidade. (CHARLOT, 2000, p. 33.)

As autoras Martins e Eidt (2010) também compartilham a mesma ideia, apresentada pelas pesquisadoras e por Charlot (2000). Elas também discordam da perspectiva que naturaliza o psiquismo e o desenvolvimento humano, no qual fundamenta o pensamento de que todos se desenvolvem da mesma maneira. Assim, conforme Martins e Eidt (2010), a visão de desenvolvimento do ser humano deve ser analisada fundamentando-se nas relações estabelecidas com o mundo social e físico, o que proporciona a ampliação das representações sociais dos sujeitos.

Complementando essas reflexões, Martins e Eidt (2000) afirmam que as relações desenvolvidas pelo ser humano são construídas pela atividade e ressaltam ainda que:

O trabalho social, atividade vital humana, por sua vez, é o processo por meio do qual, se dá em nível filogenético, a passagem do ser biológico para o ser sócio-histórico e, em nível ontogenético, a possibilidade – mais ou menos plena – de objetivação da personalidade humana. (MARTINS e EIDT, 2010, p. 676.)

Outro ponto abordado na pesquisa refere-se à pobreza que é analisada em diferentes dimensões. Neste aspecto, Carneiro (2005) afirma que existem vários conceitos de pobreza, sendo que:

cada perspectiva teórica sobre pobreza constrói-se em torno de conceitos e pressupostos que orientam por um lado, a escolha da metodologia de mensuração e por outro, os diversos modelos e propostas de intervenção. (ARAÚJO; RAQUEL e PIMENTA, 2008 *apud* CARNEIRO, 2005, p. 15.)

As pesquisadoras destacam que usaram a categoria pobreza, tendo-se em vista a carência financeira do público entrevistado, adolescentes e jovens oriundos de famílias de baixa renda, que muitas vezes ingressam no mercado de trabalho com a finalidade de sustento da família e de satisfação de sua carência material. A princípio, as autoras entendiam

a pobreza somente em sua faceta relacionada a questões econômicas. No entanto, ampliaram o escopo do conceito após a leitura de Carneiro (2005), onde afirma que apesar de o fator renda ser importante, separadamente não é ele que determina a pobreza.

Acredita-se que a baixa renda, isto é, a incapacidade de satisfazer as necessidades materiais básicas, apenas possibilita a identificação do universo alvo de intervenção, 'sem muitos problemas'. Sendo assim, ao se considerar relevante apenas a dimensão econômica, as alternativas de reconhecimento encontram-se limitadas. O suposto básico é que a pobreza é sinônimo de insuficiência de renda e isto é apresentado como consequência da idéia de que basta fornecer renda para alterar a situação de vida das populações pobres, fato que nem sempre se observa desta maneira." (ARAÚJO, RAQUEL PIMENTA p.16)

Tendo-se em vista esta citação, pode-se afirmar que a pobreza é um fenômeno complexo, dinâmico, contraditório e mutável, universal, concreto e dialético (esse último pensado na perspectiva marxista). Neste ponto, entende-se por bem ponderar sobre a perspectiva histórica da dialética, bem como refletir sobre o conceito de dialética segundo Marx. Para tanto, cita-se os teóricos Leandro Konder (2011) e Marcelo Lima (2013). Leandro Konder (2011) afirma que a dialética, na Grécia Antiga, era associada à arte do diálogo e, posteriormente, foi associada à capacidade de se apresentar uma tese por meio de uma argumentação que definia e distinguia com clareza os conceitos envolvidos na apresentação das ideias. Já na acepção moderna, a dialética apresenta outro significado e é associada aos pensamentos contraditórios da realidade, que estava em constante transformação. No entanto, em razão da hegemonia da concepção metafísica, a concepção dialética exerceu uma influência limitada. Nas sociedades feudais, a concepção dialética também ficou enfraquecida. Isso porque o regime feudal era marcado fortemente pela estagnação. As pessoas permaneciam na mesma classe social na qual tinham nascido, ou seja, quase não havia mudanças significativas que representassem mobilidade social.

Segundo Konder (2011), o fortalecimento da dialética aconteceu no Renascimento, em razão do contexto dinâmico e contraditório da realidade daquele momento histórico. Neste artigo, destacasse a perspectiva de dialética dos três filósofos: Hegel, Feuerbach e Marx.

Lima (2013) ressalta que Hegel era considerado idealista. Para ele o conhecimento do real ocorria, quando se conceituava, quando se prescrevia algo. Assim, o autor partia do concreto para o abstrato, sendo que para ele bastava apenas conceituar, não sendo necessário o entendimento e o descobrimento da dinâmica do objeto estudado. Em outras palavras, não havia a preocupação com a compreensão sobre a "lógica da coisa", já que o movimento filosófico hegeliano buscava entender a "coisa da lógica". De acordo com Lima (2013):

Para Hegel, tudo que é real é racional e tudo que é racional é real; tudo que existe está longe de ser real pelo simples fato de existir. Ou seja, o atributo da realidade, para a dialética hegeliana, corresponde apenas ao que além de existir, é necessário. (LIMA, 2013, *apud* FERBACH, *apud* MARX; ENGELS, 1975, p. 172).

Já o filósofo Feuerbach, ainda conforme Lima (2013), apresenta um movimento filosófico oposto ao de Hegel, quando parte do abstrato para chegar ao concreto pensado, sendo considerado mais materialista. O autor cita o pensamento de Balibar (1995) que afirma que Feuerbach é o filósofo que inverte literalmente as ideias de Hegel. No entanto, segundo ele, esse movimento se dá em uma perspectiva reducionista, pois se baseia no sentido e não no pensamento. Sendo assim, Feuerbach também foi considerado idealista, já que seu pensamento opera em ideias dissociadas, irreais e inviáveis. Lima (2013 *apud* Balibar, 1995), portanto, conclui que a dialética feurbachiana percebe o dado imediato e o interpreta de forma sensível, não indo além disso, permanecendo no campo da abstração, sem se aprofundar sobre o objeto analisado. Nessa perspectiva *“a ordem do sensível é a mesma ordem do inteligível, e ambos os aspectos exprimem uma só realidade”*. (LIMA, *apud* GIANNOTTI, 1966, p. 50).

O autor afirma ainda que Marx, assim como Feuerbach, também são considerados materialistas, já que invertem o pensamento de Hegel. No entanto, Marx parte do abstrato e o eleva ao concreto, mas esse concreto não é o sensível, é o concreto pensado. Para Marx, não basta o empírico, conforme preconiza Feuerbach. Marx acreditava que é necessário o concreto pensado, o que significa a captação das várias determinações e das relações entre o objeto estudado. Além do fato de que é necessário ter ciência de que o objeto pode ser mudado a qualquer momento, bem como ser instigado a sofrer mudanças. Outro movimento importante é a consideração da história do desenvolvimento do objeto, pois a história é que determina e explica as origens, ou seja, o núcleo estruturante do objeto. E este movimento deve ocorrer para cada ordem social analisada.

Percebe-se que a reflexão de Carneiro (2001) sobre a pobreza apresenta a perspectiva dialética, uma vez que amplia o conceito ao afirmar que existem outros fatores não monetários que influenciam sua concepção. A partir dessa visão, identificam-se alguns desses fatores, a saber: o fator psicossocial, que se remete à participação do indivíduo; a questão de identidade; a autoestima; a autonomia; bem como, o acesso aos serviços básicos, como educação, cultura, lazer, habitação e, como não poderia deixar de ser, acesso à “liberdade”.

Ainda, conforme Carneiro, a pobreza, nessa perspectiva mais ampla, pode-se dizer também dialética, significa a ausência de capacidades básicas para agir no meio social, no qual existe carência de oportunidades que favoreçam ao alcance de níveis minimamente aceitáveis de realizações, que independe da renda do indivíduo.

Nesse sentido, pode-se afirmar também que o tema pobreza foi apresentado por Carneiro (2001) a partir do método dialético. Segundo Lefebvre (1979) “[...] o método

(dialético) é altamente a expressão das leis universais e o quadro de aplicação delas ao particular subsumir-se ao universal” (LEFEBVRE, 1979, p. 237).

Marcelo Lima (2013) também referência Lefebvre e descreve as leis dos método dialético como:

Lei da interação universal (da conexão, da mediação, recíproca de tudo o que existe). Nada é isolado. Isolar um fato, um fenômeno e depois conservá-lo pelo entendimento nesse isolamento é privá-lo de sentido, explicação e conteúdo. A pesquisa dialética considera cada fenômeno no conjunto de suas relações como os demais fenômenos. b) Lei do movimento universal. Deixando de isolar os fatos e os fenômenos, o método dialético reintegra-os em seu movimento; movimento interno, que provém deles mesmos, e movimento externo, que os envolve num movimento universal. c) Lei da unidade dos contraditórios. A contradição na lógica formal conserva os contraditórios à margem um do outro, ela não é mais que uma exclusão. A contradição dialética é uma inclusão (plena e concreta) dos contraditórios em no outro e, ao mesmo tempo, uma exclusão ativa. Esse método busca captar a ligação e unidade, movimento que engendra os contraditórios, que os opõe, que faz com que se choquem, que os quebra e os supera. d) Lei da transformação da quantidade em qualidade. A modificação qualitativa não é lenta nem contínua; apresenta, ao contrário, características bruscas, tumultuosas. Expressa uma crise interna da coisa, uma metamorfose em profundidade. Quando um conjunto de realidade conexa atravessa a mesma crise, ou é submetido a transformação solidária, produz-se o que Hegel chamou de superação da “linha nodal”. Cada ponto de transformação aparece como um nó de relações e mudanças. O salto dialético implica, simultaneamente, a continuidade (movimento profundo que continua) e a descontinuidade (o aparecimento do novo). e) Lei do desenvolvimento em espiral (da superação). O movimento real, com efeito, implica diversas determinações: continuidade e descontinuidade, aparecimento e choque de contradições, saltos quantitativos e superação. (LIMA, 2013, *apud* LEFEBVRE, 1987, p. 237).

Finalizando a análise dos eixos estruturantes do referencial teórico da pesquisa analisada, apresenta-se o elemento trabalho, enquanto forma de produção que atende às necessidades humanas. As pesquisadoras recorreram para abordar este assunto ao sociólogo marxista, Ricardo Antunes (2013), que apresentou reflexões referentes ao capitalismo, globalização e as relações de trabalho, bem como as transformações da classe trabalhadora. De acordo com as pesquisadoras:

a compreensão de trabalho apresenta diferentes significados, entre eles: trabalho como aprendizado e fonte de recursos financeiros, o trabalho associado à responsabilidade e ao amadurecimento, como condição necessária para a progressão escolar, enquanto condição privilegiada do homem, o trabalho como sobrecarga física e/ou como exploração, associado à independência e à liberdade e o trabalho “decente” como condição da busca pela dignidade. (ARAÚJO; RAQUEL e PIMENTA, 2008, p.14 .)

No intuito de complementar as ideias expostas pelas autoras da pesquisa, apresenta-se o conceito de trabalho, baseado nas ideias de Marx, que o conceitua o da seguinte forma:

o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seus intercâmbios material com a natureza. Defronta-se com a natureza externa e modificando-a ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecida e submete ao seu domínio o jogo de forças naturais. Não se trata aqui de formas instintivas, animais de trabalho. [...] Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. (MARX, 1968, p. 202.)

Ricardo Antunes (2013) complementa o conceito afirmando que trabalho: *“É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem.”* (ANTUNES, 2013, p. 13).

Lukás (1978) também afirma que o *“trabalho é um ato de pôr consciente e, portanto, pressupõe um conhecimento concreto, ainda que jamais perfeito, de determinadas finalidades e determinados meios”*. (LUKÁS, 1978 p. 8). O autor afirma também que se trata de uma categoria ontológica primordial para o ser humano, pois não existe sociedade humana sem trabalho, por mais primitiva que ela seja.

Conforme Mângia (2003), o modelo de produção capitalista transfigura tudo em mercadorias para serem vendidas. Tal fato não ocorria no feudalismo, onde a terra era considerada a base do sistema feudal e se dava o bem pertencente a si ao outro. Com o capitalismo, o bem passa a ser “vendável” e isso inclui o próprio ser humano.

Na sociedade capitalista, o trabalho é caracterizado pelo processo de alienação. Segundo Martins e Eidt (2010), a alienação tem origem na divisão social do trabalho e no surgimento da propriedade privada dos meios de produção. Sendo assim, pode-se conceituar a alienação como sendo a propagação total da vendabilidade, ou seja *“neste processo – no capitalismo – tudo vira mercadoria.”* (MÂNGIA, 2003, p. 35). O que traz como consequência a “coisificação” do homem e do trabalho. Em outras palavras, o ser humano e o trabalho (a afirmação ontológica do homem) viram mercadoria para ser consumida pelo mercado.

Como teorizado por Marx (1968), a primeira consequência do processo de alienação se baseia na separação do trabalhador, sua atividade e o produto de trabalho. Diante disso, o ser humano não se reconhece como produtor da mercadoria que produziu. Martins e Eidt (2010) concluem que objeto produzido passa a ser percebido como autônomo, *“ao mesmo tempo, dotado de certo poder, que se volta contra o próprio trabalhador como força estranha e hostil.”* (MARTINS e EIDT, 2010, p. 667.) O que provoca alienação também do ser humano em relação aos objetos da natureza.

O segundo efeito da alienação, segundo Martins e Eidt (2010), é o fato de o trabalho ser considerado como o único meio de existência do ser humano. Essa ideia aparece nitidamente nos dados levantados na pesquisa analisada. Nessa perspectiva, o trabalho não é considerado uma forma de favorecer a expansão do conhecimento do ser humano, mas de garantir sua sobrevivência, já que precisa vender sua atividade a alguém.

No esforço de resumir o pensamento, pode-se afirmar que *“o trabalho alienado não permite ao trabalhador o pleno desenvolvimento de suas capacidades e faculdades, mas sim provoca seu esvaziamento físico e mental.”* (MARTINS e EIDT, 2010, p. 677.)

A terceira consequência apresentada é referente à “alienação do homem e de sua espécie”, causando desconhecimento (estranhamento) do homem pelo próprio homem. (MARTINS e EIDT, 2010, p. 677.)

A quarta e última consequência descrita se refere à:

alienação no plano da consciência individual [...] o trabalho humano não se constitui em uma atividade em que o homem desenvolve de modo pelo as suas faculdades humanas, mas é atividade externa, que unilateraliza e deforma o indivíduo. (MARTINS e EIDT, 2010, p. 677.)

Considerações finais

Buscou-se, ao elaborar o presente artigo, contribuir com o campo do saber na área das juventudes, pobreza e trabalho, mais especificamente por meio da releitura da fundamentação teórica da pesquisa realizada no ano de 2008, intitulada: A percepção do trabalho por adolescentes e jovens de baixa renda inseridos no mercado de trabalho formal através da Associação Profissionalizante de Menor de Belo Horizonte – ASSPROM, tomando-se por base a literatura posteriormente publicada a respeito do tema.

Acredita-se que é necessário aprofundar sobre os conhecimentos adquiridos pelo trabalhador em meio ao contexto de alienação. É necessário entender as relações dialéticas estabelecidas, bem como o movimento de resistência do trabalhador diante desse contexto. Para tanto, sugere-se o aprofundamento da leitura de Schwartz, (2011), que conceitua o trabalho real e o trabalho prescrito. Nessa perspectiva, o primeiro é entendido como “[...] regras (que) estarão em parcial instabilidade em função do andamento real da atividade” (Schwartz e Durrive, 2010). Já o segundo está relacionado à norma que antecede a atividade, ou seja, refere-se ao respeito da aplicação da norma para exercer alguma atividade. Ressalta-se que (Schwartz, 2011) define atividade humana “como lugar de debate de normas.”

Recomenda-se, também, a leitura de Santos (2000) que aborda o cotidiano de resistência desse trabalhador, bem como a criação de métodos e iniciativas de forma criativa, enquanto forma de resistência. Além da referência a Aranha (1997), que conceitua o conhecimento tácito, como um saber acumulado do trabalhador em sua experiência de vida, em meios internos e externos ao trabalho. Porém, conforme a última autora (1997), esse conhecimento não tem tido foco, pois prioriza-se os aspectos formais dos conhecimentos do trabalhador. Ela afirma que o conhecimento tácito, embora decisivo, não tem merecido ainda o enfoque necessário. Primeiro, por sua dificuldade em expressar-se de forma sistematizada ou pela ausência de interesses reais de quem detém o controle dos processos de trabalho e de formação de alçá-lo no nível de "conhecimento científico".

Segundo, porque, muitas vezes, é tido como algo "natural" e não fruto de um processo social de aquisição. (ARANHA, 1997, p.16)

Entende-se necessário também buscar compreender a pobreza numa perspectiva da dialética marxista, ou seja, enquanto fenômeno estrutural, multidimensional, mutável e complexo. Trata-se de um fenômeno histórico e socialmente construído. No entanto, é vista, pela ideologia neoliberal capitalista, de forma "feitichizada", isto é, percebida como fenômeno natural. Para este estudo a pobreza deve ser entendida como uma expressão da questão social³ e como expressão direta das relações estabelecidas na sociedade capitalista, que se caracteriza pela extrema desigualdade em que convivem a acumulação e a miséria.

Diante do exposto, sugere-se que os temas em questão precisam ser estudados em maior grau de profundidade para ser melhor compreendido, tendo-se em vista a relevância dos segmentos a que se referem, bem como as modificações que eles vêm sofrendo nos últimos anos. Ressalta-se que, diante da complexidade dos temas, bem como das teorias que o fundamentam, não se finda aqui a conclusão da análise realizada, o que exige estudos mais complexos e profundos, de cada um dos temas abordados.

Buscando-se chegar a uma possível conclusão, propõe-se que este estudo seja aprofundado em dissertações de mestrado ou teses de doutorado, para que, assim, possa se traduzir com mais clareza as respostas às questões sobre os temas aqui abordados.

Referências

ANTUNES, R. **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

ARANHA, Antônia V.S. 1997. O Conhecimento Tácito e a Qualificação do Trabalhador. **Trabalho & Educação**, n. 2, Belo Horizonte.

ARAÚJO, Luciana; PIMENTA, Cristina; RAQUEL, Sheyla. **A percepção do trabalho por adolescentes e jovens de baixa renda inseridos no mercado de trabalho formal através da Associação Profissionalizante de Menor de Belo Horizonte – ASSPROM**. 39

³ A questão social resulta da divisão da sociedade em classe e disputa pela riqueza socialmente gerada, cuja apropriação é extremamente desigual no capitalismo. Supõe, desse modo, a consciência de desigualdade e a resistência à opressão por parte dos que vivem de seu trabalho. Nos anos recentes a questão social assume novas configurações e expressões, e "as necessidades sociais das majorias, as lutas dos trabalhadores organizados pelo reconhecimento de seus direitos e sua refrações nas políticas públicas [...] sofrem influência do neoliberalismo, em favor da economia política do capital (IAMAMOTO, 2007, p.107)

p. *Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas, Belo Horizonte, 1998, 39 p.*

BRASIL. **Decreto-lei nº 5.452, de 1º maio de 1943.** Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em: 11 jul. 2017.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. (2009a) Orientação Técnica: Centro de referência de Assistência Social. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf>. Acesso em: 11 jul.2017.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm>. Acesso em: 11 jul. 2017.

BRASIL. **Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000.** Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1 de maio de 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10097.htm>. Acesso em: 11 jul. 2017.

CHARLOT, Bernard. Por uma sociologia do sujeito. *In: ____*. **Da relação com o saber:** elementos para uma teoria. Porto Alegre: ArtMed, 2000. p. 33-49.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em tempos de capital e fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** São Paulo: Cortez, 2007.

KONDER, L. **O que é dialética.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

LEFEBVRE, H. *Lógica formal e lógica dialética* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LIMA, M. A. *Dialética do Trabalho: uma abordagem sobre a relação entre trabalho e educação.* *In: FICHNER, B, et al. (Orgs.) Cultura, Dialética e Hegemonia.* Vitória: EDUFES, 2013. (Pesquisa em Educação.)

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. *In: Temas de Ciências Humanas.* São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1978. n. 4, p. 8.

MÂNGIA, E. F. *Alienação e trabalho.* **Revista Fisioter,** São Paulo, v. 14 n. 1, p. 34-42, jan/abril, 2003.

MARTINS, L. M; EIDT, N. M. Trabalho e Atividade: categoria e análise na psicologia histórico-cultural do desenvolvimento, *In: Psicologia em Estudo,* Maringá, v. 15, n, 4, p. 675-683, out/dez. 2010.

MARX, Kal. **O capital:** crítica de economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. Livro I, v. 1.

SCHWARTZ, Y & DURRIVE, L. (Orgs) (2010). **Trabalho e Ergologia: Conversas sobre a atividade humana.** 2 ed. Niterói: Editora da UFF, 2010.

SCHWARTZ, Yves. Qual sujeito para qual experiência?. *Tempus Actas de Saúde Coletiva,* v. 5, n. 1, p. 55-67, 2011^a

SANTOS, Eloísa H. Ciência e cultura ou uma outra relação entre saber e trabalho, ***Trabalho & Educação***, n. 7, Belo Horizonte, 2000.